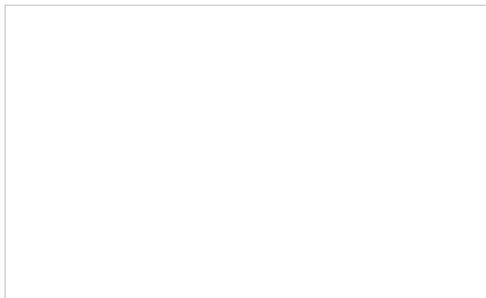




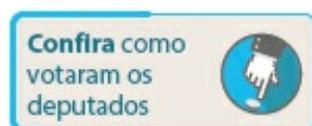
12/04/2016 12:07 - Comissão da Câmara aprova autorização para processo de impeachment de Dilma

Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados/Reprodução



Após mais de 9 horas de debates, trocas de acusações e gritos de “Fora Dilma” e de “Não vai ter golpe”, a Comissão Especial do Impeachment concluiu seus trabalhos e aprovou nesta segunda-feira (11), por 38 votos a 27, o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), no qual ele recomenda a abertura de processo contra a presidente da República, Dilma Rousseff, pela prática de crime de responsabilidade.

A decisão da comissão especial será lida e publicada no Diário do Congresso Nacional. A previsão é que o relatório aprovado siga para análise do Plenário da Câmara dos Deputados, como primeiro item da pauta, na sexta-feira (15). A expectativa é que a votação em Plenário se estenda por três dias.



No começo da tarde, Jovair Arantes insistiu em dois pontos que, segundo ele, caracterizam o crime de responsabilidade: a abertura de créditos suplementares via decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional; e o adiamento de repasses para o custeio do Plano Safra, o que obrigou o Banco do Brasil a pagar benefícios com recursos próprios – manobra popularmente chamada de “pedalada fiscal”.

Segundo o relator, a análise se restringe por enquanto à admissibilidade da denúncia e leva em conta indícios suficientes. “A Constituição é clara no sentido de que nenhum crédito orçamentário pode ser aberto sem autorização da legislação. A razão é garantir o controle do Legislativo sobre os gastos públicos”, disse Arantes. “O que apavorou o governo foi a consistência técnica, política e jurídica do nosso relatório”, completou Arantes, após a aprovação do texto.

Defesa do governo

Ao rebater os argumentos de Arantes, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, classificou o relatório de “golpe” na democracia. “É absurdo que uma presidente eleita seja afastada por uma questão contábil que era aceita pelos tribunais. Isso é absolutamente contrário à Constituição e ao direito. Esse processo de impeachment não deve ser chamado de impeachment, deve ser chamado golpe”, contestou Cardozo.

Para o advogado-geral da União, houve desvio de poder por parte do presidente da Câmara, Eduardo Cunha; ilegalidades processuais, como a inclusão de tema alheio à denúncia [a delação premiada do senador Delcídio do Amaral]; cerceamento de defesa; e a não comprovação de ilegalidade em relação aos decretos de suplementação orçamentária. “Metas fiscais têm a ver com execução orçamentária. Portanto, baixar um decreto de suplementação não aumenta o gasto se houver um decreto de contingenciamento. E houve”, concluiu o ministro.

Discussão dos líderes

A reunião da comissão especial, que começou às 10h55, foi marcada por bate-boca e por disputas regimentais, o que adiou o início da votação para as 20h29. A fala dos líderes partidários começou pouco antes das 15 horas, com troca de acusações entre deputados favoráveis e contra o impedimento da presidente.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), acusou Jovair Arantes de ter produzido um parecer frágil e sem fundamento. Ele leu o trecho do relatório em que Arantes admite a existência de opiniões contrárias à tese de que Dilma Rousseff praticou crime de responsabilidade.

Guimarães ainda criticou diretamente o vice-presidente da República, Michel Temer, culpando-o por tramar um golpe, juntamente com partidos de oposição, em especial o PSDB. “Há um núcleo político que foi constituído, que articula, que trama e que faz com que o impeachment possa ser aprovado aqui. Esse núcleo é [formado pelo] vice-presidente Michel Temer, a oposição – especialmente o PSDB, e alguns partidos satélites”, disse o líder do governo, fazendo referência a áudio vazado nesta segunda-feira em que Temer fala como se o impeachment já tivesse sido aprovado.

Após a aprovação do relatório, Guimarães disse ter segurança de que a oposição não tem os 342 votos necessários para aprovar a abertura do processo de impeachment pelo Plenário da Câmara.

Para o deputado Mendonça Filho (DEM-PE), por outro lado, o governo quer transformar uma derrota em uma vitória, porque, segundo ele, os governistas teriam trabalhado para reverter a diferença de mais de 10 votos. “No Plenário, vai ser uma derrota ainda maior e vamos atingir os 342 votos”, afirmou.

Áudio de Temer

Sob protestos de integrantes da comissão especial do impeachment, o deputado Silvio Costa (PTdoB-PE), que é vice-líder do governo, mostrou o áudio que o vice-presidente da República, Michel Temer, mandou a parlamentares do PMDB.

Costa chamou Temer de “o maior traidor do Brasil”. “Está dizendo que já está resolvido o voto, já está treinando o discurso de posse. Este é o homem que está tentando ser presidente”, criticou. “Quero mostrar ao Brasil o homem que está tentando, no próximo domingo, ser presidente do Brasil. É o maior conspirador, maior traidor do Brasil”, continuou.

Ao anunciar que liberaria a bancada para votar como quisesse, o líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani (RJ), ressaltou que a possibilidade de impedimento da presidente Dilma Rousseff, que foi eleita por 54 milhões de votos, é um fato “gravíssimo”. “Seja qual for a posição que tenhamos aqui, devemos ter a clareza dos argumentos, clareza da nossa decisão e da consequência da nossa decisão não só para o presente, mas para o futuro e também para o julgamento da história”, afirmou.

Rito do impeachment

Caso o processo de impeachment seja autorizado também pelo Plenário da Câmara, caberá ao Senado decidir, em votação preliminar, se instaura ou não o julgamento. Se aceito o julgamento no Senado, a presidente da República será afastada por 180 dias, e os senadores formarão uma nova comissão para analisar a denúncia.

Fonte: Agência Câmara Notícias